

**O ENSINO DE**  
**PROBLEMAS**  
**BRASILEIROS**  
**NO ÂMBITO**  
**UNIVERSITÁRIO**

1933

**MARCOS R. CORRÊA**

**1974**



41

O ENSINO DE  
PROBLEMAS BRASILEIROS  
NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

MARCOS R. CORREA

RIO DE JANEIRO

1974

193

## Sumário

Intródção .....	1
Fundamentação .....	3
Objetivos .....	5
Dos mestres .....	8
Das equipes .....	11
Dos programas .....	14
Da metodologia .....	17
Trabalhos e provas ....	19
Atividades extraclasse.	21
Conclusão .....	25



## I

### Introdução

Todos aqueles que se dedicavam ao magistério superior no início da década de 60 sabem quão difícil era a tarefa.

Não porque houvesse deficiências no sistema universitário. Elas existiam, ainda existem e existirão sempre, como uma constante através dos tempos. É uma condição endógena, criada pelos próprios estudantes. Ali naquela trincheira estão eles sempre em luta com o comodismo e com a inércia. Isso e tudo aquilo que possa conduzir à esclerose do ensino determina e traz à tona deficiências. Trata-se, portanto, de um eficiente apoio aos mestres ao invés de colocar óbices em seu caminho.

Assim, é noutro sentido que devemos buscar a explicação para as dificuldades a que nos referimos de início.

Vamos encontrá-la no próprio estudante, reflexo, na época, de uma sociedade conturbada e meio perplexa com os acontecimentos que ocorriam a seu redor, sem a ferir mortalmente mas deixando-a sem forças e exposta a ataques devastadores de ideologias estranhas a nossa índole.

O estudante de curso superior era capaz de identificar todos os males que affligiam outras sociedades estrangeiras, porém, não o era com relação à maioria dos problemas brasileiros. Deixavam-se seduzir apenas por determinados aspectos de, também, determinadas situações, escolhidas a dedo por sua aparente semelhança com as que outras sociedades haviam, no passado, se deparado.

Se a isso aliamos a ação de estudantes profissionais, membros ativos de organizações políticas apoiadas em filosofias e ideologias, em tudo, estranhas a nossa formação, teremos descrito o cenário propício em que agia toda uma pletora de falsos salvadores da pátria.

E indefesa estava a classe estudantil que nada tinha em que se apoiar para poder rebater a solerte propaganda. Os mestres, inmersos nos estudos ou dedicados a apenas garantir sua subsistência, não tinham como intervir no processo. Tanto mais que sua visão da problemática do

Brasil cada vez mais se deformava pela especialização. E uma pequena minoria estava, mesmo, disposta a difundir o ideal da subversão da ordem pública.

A ocasião parecia fadada a levar o país realmente ao caos. Até os altos interesses nacionais passaram a corresponder aos de certos grupos políticos e econômicos internacionais, que mascaravam suas intenções com bem montadas campanhas de propaganda. Mas como identificar essas massas de pressões, se nossa sociedade, sempre pronta a defender os reais interesses pátrios, estava cada vez mais anestesiada, ou melhor dito, intoxicada pelos slogans pseudamente nacionalistas?

Identificar problemas, propor soluções, remover dificuldades, implantar reformas, tudo enfim que é lícito esperar-se de uma comunidade interessada em progredir em ordem, vinha sendo transformado em instrumento de destruição dessa mesma comunidade. Nada em seu benefício real. A meta a atingir era uma só: levar o Brasil a desviar-se de seu caminho natural, traçado desde a época colonial, de fidelidade aos princípios éticos e morais da civilização ocidental.

Fra esse o panorama encontrado pela revolução de 1964 nos meios universitários.

## II

### Fundamentação

A par das medidas visando à recondução da classe estudantil aos bancos escolares, afastando-a da agitação político-partidária, havia a necessidade de, correlatamente, fazer-lhe ver mais nitidamente a realidade brasileira, através de sua familiarização, desde a infância até a maturidade, com o Brasil como um todo, com sua grandeza, com suas tradições, com seus problemas, com suas aspirações.

Foi tomada, então, a decisão de restabelecer-se, pelo Decreto-Lei nº 869, de 12.9.69, o ensino de Moral e Cívica no sistema de ensino brasileiro, em todos os seus graus e modalidades.

Tratou-se, efetivamente, de um restabelecimento. Até 1934, por ocasião da reforma Francisco Campos, o ensino de Moral e Cívica era parte integrante dos currículos dos cursos primário e secundário. A reforma Capanema e a Lei de Diretrizes e Bases, bem como as reformas parciais havidas no intervalo, deixaram a cargo das várias matérias tão importante assunto, concorrendo para que a matéria fosse se diluindo até cair totalmente no esquecimento.

Durante o período do Estado Novo, mercê das características intrínsecas daquele tipo de governo, houve necessidade de criar-se um imenso aparato propagandístico, destinado, principalmente, a desviar a atenção do povo das medidas coercitivas tomadas contra os seus opositores - o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). O único benefício aparente advindo foi o recrudescimento do culto de nossos heróis, cujas qualidades morais e cívicas eram por demais exaltadas. Apelava-se para que seu exemplo fosse seguido, principalmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Esse acatenamento gerou imensa vaga de exaltação patriótica, altamente benéfica para a formação dos jovens.

A redemocratização do país a partir de 1946, além de não determinar o reinício do ensino de Moral e Cívica, numa reação muito natural a tudo o que representasse lembranças do regime anterior,



deu por finda qualquer iniciativa estatal, de maior vulto, de exaltação às virtudes víquicas de nossos grandes vultes históricos.

Coube apenas ao heróico magistério primário manter vivo o culto e o respeito às nossas tradições. Também as forças armadas, por vocação e até por dever de offício, mantiveram-se fiéis ao nosso passado. A universidade manteve-se em constante afastamento, perdendo, pouco a pouco, contacto com a realidade brasileira.

Se a isso somarmos a ampla abertura política do pós-guerra, fica criado um clima mais do que propício a que ideologias estranhas, divorciadas das tradições brasileiras, implantem no país um regime de licenciocidade político-administrativa em que a corrupção impera sem limites.

Não há como se comprovar até que ponto a extinção do ensino de moral e víquica terá contribuído para que, duas décadas depois, mergulhasse o país no caos da imoralidade e da irresponsabilidade políticas, do qual vão retirá-lo exatamente aquelas instituições em cujo seio jamais se deixou de cultivar a moral e o civismo - às forças armadas.

Também não se pode prever até que ponto o restabelecimento do ensino dessa matéria irá influenciar na formação do Brasil do futuro; parece, entretanto, fadada a grande êxito a iniciativa, tomada somente após terem sido restabelecidos o clima de autoridade e o de respeito a ordem constituída, não só entre os estudantes como em todos os demais setores dessa imensa coletividade brasileira.

Dependerá, evidentemente, do que se pretende alcançar, como se pretende fazê-lo e com quem. É o que examinaremos a seguir.

### III

#### Objetivos

Dispõe o artigo 2º, do Decreto-lei nº 869, de 12.9.69:

" A educação moral e cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

É, verdadeiramente, um programa de grande fôlego, visando a reconduzir o brasileiro ao melhor conhecimento de sua Pátria e dos problemas que a afligem. É amplo e aberto, comportando qualquer ângulo de aproximação e descompromissado com qualquer ideologia em particular. Evidente fica, contudo, a preocupação do legislador em ressaltar os principais aspectos em que, no Brasil, vinha se assentando um processo de desagrega-

ção, especialmente no âmbito escolar.

Convém ressaltar, entretanto, que sua aplicação em todos os graus do sistema de ensino requer uma cuidadosa dosagem, a fim de evitar-se incongruências extremamente prejudiciais ao fim colimado. Os oito itens acima transcritos encerram em seu bojo o que se reconhece ser os grandes objetivos nacionais permanentes. Assim devem ser levados ao conhecimento de toda a comunidade brasileira de molde a lhe permitir e a seus componentes tomarem consciência da sua importância, como cristalização de suas próprias aspirações.

Se a dosagem for inferior à expectativa do grupo a que a disciplina for ministrada, há o perigo, sempre presente, de se manifestar o desinteresse pelo assunto focalizado, com a conseqüente alheamento dos alunos às aulas, que passam a ser frequentadas meramente por obrigação, buscando unicamente a marcação da presença.

Por outro lado, se a sobrecarregamos, indo além das possibilidades do grupamento, as conseqüências, serão as mesmas. Os alunos, ao invés de se sentirem lisonjeados, só terão palavras de desalento, se aulas estiverem fora de seu alcance. Sobrecarreguêmo-los de noções inúteis, dados por-memorizados irrelevantes, literaturismo descabido, e o professor estará fatalmente diante de uma audiência fria e cada vez mais distante.

O ideal é, sem dúvida, sentir previamente o ambiente, para adaptar-se qualquer plano de ação, adequadamente, à esfera em que se vai atuar.

O estudante do primeiro ciclo será conduzido, indubitavelmente, no sentido de compreender o conteúdo geral, a filosofia básica da matéria. É preciso fazê-lo ver o quanto vale, para sua comunidade, a sua colaboração. Não há lugar para os indiferentes na nova conceituação de cidadania participante. É a hora adequada de mostrar o que significa liberdade com responsabilidade.

Já o estudante do segundo ciclo, quando toda a crise da adolescência se manifesta, necessita que lhe mostremos o papel que dele se espera na tentativa de solução dos problemas brasileiros em destaque os que diretamente lhe dizem respeito e o atinjam. Enfocar o entrosamento que os problemas nacionais têm entre si, é primordial; cada comunidade os tem em



grande número e de complexidade variável, no fundo, contudo, são semelhantes aos enfrentados pelas outras comunidades. Não adianta, pois, chamar a atenção dos alunos para aquelas situações que não lhe são habituais e que não acreditam lhes possam afetar profunda e permanentemente. Partindo do cotidiano, que entendem e do qual participam, é que se pode despertar-lhes o interesse pelo conjunto das coisas pátrias.

O panorama no plano universitário é diverso. A própria lei, em seu artigo 3º, prevê que, nos cursos superiores a matéria seja lecionada com o nome de Estudo de Problemas Brasileiros. Note-se, de saída, a preocupação de não se referir a "estudo dos problemas" e sim a "estudo de problemas", reduzindo, em muito, o âmbito da matéria. A complexidade do assunto não permitiria, evidentemente, outro tipo de abordagem. O estudante universitário, isolado dentro da especialização por ele escolhida, só tem visão mais pormenorizada pelo seu ângulo específico dos problemas brasileiros. É necessário abrir-lhe novos horizontes, inseri-los no quadro geral. Intensamente bombardeados no passado por propaganda tendenciosa, carregada com nítidas conexões estranhas às tradições brasileiras e estranhas aos interesses estudantis, a classe, ainda hoje, com raras exceções, reage mal ao ensino da matéria, opondo resistências inesperadas. Mas é preciso vencer essas barreiras, para convencê-los de quanto o Brasil necessita de sua colaboração na solução de seus grandes problemas, e que será tanto mais profícua quanto mais sólida for a compreensão das interrelações, algumas insuspeitadas, existentes entre eles e das possibilidades de atuação conjunta visando um fim único: o bem comum.



#### IV

##### Dos mestres

Da formação de professores com curso superior de Estudos Brasileiros não se cogitou propriamente e só agora a Escola Superior de Guerra foi autorizada a manter um curso de mestrado em Problemas Brasileiros. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem compreendendo a lacuna, a vem suprimindo através dessa notável iniciativa de seu Fórum de Ciência e Cultura que é o curso de Atualização sobre Problemas Brasileiros, destinado a oferecer a docentes universitários, não só das unidades da UFRJ, como de todo o Brasil, uma visão global dos problemas brasileiros, propiciando-lhes participar de conferências e debates do mais alto nível. Não conhecemos iniciativa semelhante noutra parte do Brasil. Se as há precisam ser divulgadas.

Isto porque é necessário capacitar maior número de professores para o exercício da tarefa. A escolha dos que realmente se vêm dedicando ao ensino da matéria é, salvo raras exceções, feita da forma mais empírica possível. Ou são convocados professores oriundos das classes armadas, que, como dissemos antes, se converteram, durante muitos anos, em único baluarte de culto às virtudes vivicas, ou se determina que assumam a tarefa aquele professor cuja carga horária esteja por completar. Se os primeiros se tem revelada altamente capazes para ministrar parte do programa, nem sempre preenchem condições para ocupar-se do resto, os segundos, em geral, pecam por falta de condições técnicas mínimas.

Se é totalmente imprópria a segunda alternativa, a primeira é válida enquanto levada em consideração a circunstância apontada. Entretanto, leva os alunos a associar indevidamente as forças armadas com o ensino da matéria, distorcendo, logicamente, as finalidades para as quais foi reimplantada. As forças armadas cujas tarefas de executar a Revolução, reclamada e desejada por quase toda a comunidade brasileira, são guardiães de sua permanência em ação, mas não querem ser seus donos.

Vincular o ensino de Moral e Cívica, determinado por autoridades intimamente ligadas à presente situação brasileira, apenas à Revolução, é

negar o que representa para o Brasil o restabelecimento do ensino de Moral e Cívica. A filosofia básica que norteia o seu desenrolar não está, como já assinalamos atada a nenhuma ideologia em particular, o que se pretende é intensificar a prática educativa de moral e civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extraclasse e orientação dos pais.

Reflete, pois, um anseio de todos os que lidaram com o assunto e com a mocidade nesses últimos tempos no Brasil, que a prática contumaz de deixar o ensino de Moral e Cívica a cargo dos que, por contingências ocasionais, dispõem de horas vagas, frustra e só conduz a situações difíceis, negativas dos objetivos visados pela lei.

Com o correr dos tempos, essas duas opções - escolha de militares e daqueles que dispõem de tempos vagos -- irão sendo substituídas em definitivo, a medida que maior número de mestres adequadamente formados forem se tornando disponíveis. Lucrarão mestres e alunos.

Há ainda uma terceira alternativa, muito em voga, que é a programação de séries de palestras ou de conferências mais formais. O maior inconveniente nessa prática é que elas nem sempre obedecem uma sequência coerente. Os alunos não se sentem verdadeiramente ligados ao que se expõe, geralmente a cargo de técnicos altamente capazes mas despidos de didatismo. O comparecimento, se exigida a presença obrigatória, chega a ser maciça, mas o aproveitamento é nulo.

Não estamos com isso querendo dizer que só ocorrem as situações mencionadas, felizmente há muita exceção, mas os casos falhos ocorrem em maior número que o desejável.

Um outro ponto crítico é a personalidade do professor e a sua capacidade de transmitir, com aproveitamento, o máximo do essencial a seus alunos.

Não basta escolher criteriosamente, é preciso apoiar o escolhido, fazendo-o sentir-se executante de tarefa de alta relevância. Em princípio a escolha só deve recair em professor que já tenha suficiente tarimba profissional revelada através de atuação destacada, de preferên-



cia na área de ciências humanas, em particular os licenciados em história, geografia e sociologia. Os que revelam maior sensibilidade para a face econômica dos fenômenos sociais ou aqueles que sejam acostumados às lides administrativas públicas ou particulares são os que, aparentemente, terão mais sucesso.

Não estamos com isso patrocinando a exclusão, de modo algum, dos que não se enquadram nesse esquema. O principal no caso é não deixar-se a cadeira entregue a pessoas inexperientes ou inconsequentes, ainda que competentes e até mesmo exercendo há anos o magistério. O absenteísta, o desleixado, o acomodado, só trazem problemas.

A formação de equipes seria talvez o caminho mais acertado para que se alcançasse o fim objetivado. O professor com horas disponíveis poderia, eventualmente, dela fazer parte, sem que, entretanto, se tornasse prática habitual compô-la só com os disponíveis.

Os militares, porventura interessados no ensino da matéria, também se enquadrariam nesse requisito, pois como componentes da equipe, teriam muito a contribuir com sua experiência nos setores de sua especialização, e, em particular, no que se refere à segurança, da qual evidentemente são maiores conhecedores do que os civis.

Quanto à utilização de palestras como coadjuvantes do curso é medida exequível, se for obedecida uma programação inteligente, substituindo em parte as equipes permanentes. Isso se não for perdida de vista a sua vinculação aos interesses da coletividade estudantil onde serão realizadas e que em determinados pontos podem não coincidir com as da coletividade da qual são oriundos os alunos.

### Das equipes

Optamos decididamente pela utilização de equipes para o ensino de Problemas Brasileiros. O professor da matéria acaba por sentir que precisa ser um super-professor para bem desempenhar a contento sua tarefa, tal a gama de conhecimentos que lhe é exigida. O programa traçado pelo Conselho Nacional de Educação é de uma complexidade que o seu executante ou se refugia na abordagem perfunctória dos vários assuntos, aprofundando-se apenas naqueles que melhor conhece, abandonando os demais à pesquisa de seus alunos, aos quais orienta na medida do possível, ou se desdobra, tornando-se polivalente.

Poucos, porém, têm essa condição, o que leva os seus alunos a se sentirem frustrados naquilo em que supunham a disciplina capaz de despertar-lhes interesse: o conhecimento dos principais problemas brasileiros.

Se o professor não for capaz de convencê-los, por lhe faltar convicção, daquilo que lhes vai transmitir, a matéria obrigatória por lei, torna-se maçante e não algo que vem preencher lacuna por demais sensível na formação do universitário brasileiro. Ele terá falhado totalmente em sua missão.

Assim o professor de Estudos de Problemas Brasileiros tem que ser pessoa convicta do futuro do Brasil e que tenha condições de transmitir essa convicção a seus alunos. O exemplo, nesse caso, é de capital importância.

Não poderá falar em moral e civismo quem não tiver essas duas qualidades em grau bastante elevado. Não para exibí-las ostensivamente, mas para revelá-las através de suas atitudes e de suas recomendações. Quem não tem respeito pelas instituições, que não compreende o papel dos impostos na vida da nação, que não acata as tradições de seu país, fazendo tábua rasa de seu passado, como irá falar dos problemas desse mesmo país e que são projeções daquilo que se realizou no passado?

Foi no seio da classe de professores universitários que, antes



de 1964, mais se desenvolveu a ação anti-brasileira no setor intelectual, utilizando maciça divulgação de propaganda esquerdista de dados falsos relativos ao Brasil e a seu futuro. É por demais evidente o objetivo visado. Isolado na sua especialização, convencido de que seu microcosmo representava a realidade global, ao confrontar os números e os dados que lhe eram entregues revestidos de todos os foros de verdadeiros com as realizações aparentemente sensacionais de regimes diferentes do nosso, transformava-se em presa fácil de solertes ideólogos, de cujas más intenções não suspeitava, passando a transmitir a seus alunos todo o veneno assim sutilmente insilado.

Mudaram os tempos, mudaram as situações, desapareceram as se-relias, mas não mudaram os homens. Sozinho o professor de Estudos de Problemas Brasileiros pode, sem querer, tornar-se um elemento tão nocivo quanto aqueles que no passado agiam tão inconvenientemente. Os alunos mais cedo ou mais tarde, conduzidos ou não por ativistas, passarão a identificá-lo como exemplo tão pouco dignificante quanto for insignificante a colaboração que possa dar no esclarecimento da realidade brasileira.

O professor de Estudos de Problemas Brasileiros tem que ser um elemento vivo e perspicaz, vivido, em condições de superar situações de momentânea insegurança, em decorrência de desconhecer um assunto ou pela impossibilidade de bem esclarecê-lo. Enfim, alguém com agilidade mental aguda e com capacidade de assimilação rápida, para manter-se em dia com as alterações hevidas no Brasil, não no mês passado, mas ontem e até mesmo com as que são planejadas hoje.

É aí que o papel de uma equipe é de primordial importância, porquanto, em lugar de se preocupar com todos os aspectos dos inúmeros problemas, o professor passa a se dedicar a um grupo deles apenas. Em reuniões periódicas e constantes a equipe fica capacitada para trocar idéias e para se preparar para enfrentar as novas condições que venham a ser ventiladas.

É interessante salientar que essas equipes não necessitam ser compostas por professores atuantes numa mesma faculdade nem mesmo numa única universidade. O indispensável é que entre seus componentes haja perfeito entendimento e completa identidade de pontos de vistas finais.

Também é importante que haja um espírito de cooperação bem acentuado que permita a aceitação do reexame de posições sem ressentimentos nem resistências. O debate sempre que necessário deve ser aberto e franco, obedecendo a regras pre-estabelecidas, as mais gerais possíveis.

A preparação de símulas de aulas ou de planos de aula básicos é algo que se torna possível e até desejável, sem contudo visar-se à uniformização de abordagem dos assuntos e sim a uniformidade de apresentação da matéria. Os professores saberiam que estavam sempre veiculando os dados mais recentes, da mesma maneira que os demais componentes da equipe.

Fugir-se-ia à esteriotipia dessa forma e se manteria em constante revisão o conhecimento de cada um. Já que cada sala de aula é para o professor um problema diferente, caberá a ele adaptar a experiência da equipe, como um todo, ao seu caso específico. A sua tarefa se torna bem mais fácil.

## VI

### Dos programas

O primeiro instrumento à disposição da equipe, o programa, deve seguir de perto o que foi baixado pelo Conselho Nacional de Educação, submetido, porém, a adaptações determinadas pela experiência adquirida por seus componentes.

O ensino de Estudos de Problemas Brasileiros deve ser ministrado em dois semestres, de acordo com as determinações vigentes, isso requer um critério de divisão de tópicos mais objetivo e prático que o adotado no programa oficial acima mencionado. O que parece bom e adequado para um tipo de comunidade não o é, em absoluto, para todas. E o estudante dos grandes centros é exigente, muito sensível ao racional e portanto difícil de ser contentado.

As observações colhidas durante o já largo espaço de tempo que dedicamos ao assunto leva-nos a traçar, em linhas gerais, quais as alterações que podem ser feitas no programa.

Achamos que é sempre oportuno iniciar-se as aulas com a abordagem do tópico destinado a esclarecer as razões da introdução do Estudo de Problemas Brasileiros nos currículos universitários, e porquê da obrigatoriedade e a importância da matéria para a formação dos universitários.

Entrando em desacordo com grande número de colegas, achamos que o assunto seguinte no programa deve ser Objetivos Nacionais Atuais e Permanentes. Trazido a baila logo no início do curso, se pode trazer alguma perplexidade, traz também curiosidade. Sucintamente exposto o tópico serve de preâmbulo da exposição dos demais tópicos, que se vão encaixando uns nos outros numa sequência bem calculada. Verão eles assim, logo no início do curso que o objetivo final, a meta de qualquer governo bem intencionado, é o bem comum, sintetizado nos objetivos nacionais atuais e permanentes, por sua vez representativos das aspirações nacionais. Temos certeza de que mais fácil se tornará prender a atenção dos alunos e despertar-lhes o interesse pelo que se dirá em seguida.

Em continuação e para aproveitar um pouco os conhecimentos de



história e geografia do Brasil, que a maioria dos alunos tem em boa dose, facilitando dessa forma um entrosamento entre o professor e os alunos, podendo-se entrar no estudo dos problemas ligados ao condicionalismo geofísico e geopolítico da nação brasileira. A tónica desse tópico é inquestionavelmente a noção dos dois Brasís, a serem integrados e os motivos geo-históricos da existência deles.

Os problemas socio-educacionais decorrentes da formação histórica e étnica do povo brasileiro são os que estudamos em continuação: o homem brasileiro, suas condições de trabalho, saúde, assistência e educação.

Também a lenta evolução cultural brasileira, a luta contra o analfabetismo, contra a ignorância e o obscurantismo é outro aspecto estudado no primeiro período.

Fazendo um rápido balanço do que terá sido ministrado aos alunos nessa primeira parte do grupo diríamos que os alunos a concluirão possuidores de uma relativa bagagem de conhecimentos básicos a respeito do homem brasileiro e de seu habitat, do indivíduo e do meio.

No segundo período a focalizada será a sociedade brasileira como agente e beneficiária do desenvolvimento econômico e social, com maior ênfase no grupamento humano e menos no indivíduo.

Aborda-se em primeiro lugar o desenvolvimento econômico e a economia brasileira em face da conjuntura estrutural nova determinada por aquele outro fenômeno. O sistema econômico brasileiro da atualidade, seus principais componentes, diretrizes e os objetivos das política governamental, enfim o arcabouço que permite institucionalizar o desenvolvimento como principal meio para atingir-se a satisfação geral.

Vista de relance a macroestrutura econômica, podemos estudar a seguir a microestrutura, decompondo-a nos três setores clássicos da economia: o primário (atividades não transformadoras da matéria prima), o secundário (a indústria) e o terciário (os serviços). É o momento de se enfatizar o que representa para o país e para seu desenvolvimento o aproveitamento, cada vez maior, da mão de obra nos dois últimos setores.

O programa, assim dividido, chega ao seu ponto mais crítico, que é o da avaliação dos resultados obtidos com o aperfeiçoamento das estruturas político-sociais, o que se espera da evolução no rumo à verdadeira de-



mocracia, do comportamento cívico dos grupamentos político-partidários e da participação consciente de todo o povo nesse processo. Levar aos universitários a noção precisa do moderno significado de segurança, da qual todos participam e são por ela responsáveis, é um dos pontos altos a abordar nesse tópico. Segurança e desenvolvimento como fatores preponderantes no chamado milagre brasileiro, responsável maior pela atual fase de grande prestígio internacional desfrutado pelo Brasil.

O papel das forças armadas e o de cada indivíduo, na obtenção e manutenção do indispensável clima de segurança interna, com a eliminação da ameaça de guerra revolucionária, deve ser ressaltado e devidamente explicado.

Da homogeneidade na execução de um programa assim traçado vai depender, essencialmente, o sucesso do curso de Estudos de Problemas Brasileiros. As condições para o bom êxito na tarefa estarão na dependência exclusiva nas relações de entrosamento mantidas pelos componentes da equipe. Se sempre presente o espírito de colaboração já por nós referido, não há como acreditar no sucesso.

Maior ou menor profundidade com que seja dado essa ou aquela parte do programa ficará sempre a critério do professor, em melhores condições que qualquer outro para sopesar os resultados práticos a serem obtidos.

Não queremos com isso dizer que as aulas de Estudo de Problemas Brasileiros devem procurar focalizar, de preferência, os problemas específicos intimamente ligados ao grupo profissional ao qual esta sendo ministrada. Muito pelo contrário, pois, parece-nos que a intenção do legislador foi a de propiciar aos universitários de uma área conhecerem, ainda que pela rama, os problemas existentes em todos os outros setores de atividade do país, tirando-o do isolamento e do encastelamento em posições pre-fixadas.

## VII

### Da metodologia

Como se trata de disciplina imposta por lei e assim entendida pelos alunos, que, além de não a aceitar de bom grado, a olham ressaltados e temerosos, se faz mister que disão se concientizem os professores da cadeira. Têm, por conseguinte, de atrair o aluno, conquistando-o, para tanto utilizando os mais modernos métodos de exposição, apoiados por aparelhagem auxiliar adequada, tais como retroprojetores, transparências, alides, diapositivos, filmes e etc.

Uma aula dada com todos esses recursos é receita certa para o sucesso do professor. Não é preciso transformar a aula em sala de exibição de projeções, mas a conjugação desses meios com a exposição clara e bem encadeada do assunto focalizado traz sempre bons resultados.

Antes do início das aulas o professor, tanto o que atue isolado quanto o que o faça em equipe, deve traçar um planejamento das aulas que vai dar no semestre, programando, cuidadosamente, todas as atividades da turma, inclusive, quando possível, as extra-classe; isso lhe permitirá estabelecer um roteiro prévio das necessidades de utilização de recursos adicionais. Se o estabelecimento de ensino tiver um setor próprio de áudio-visuais essa é a ocasião propícia para pô-lo em alerta, reservando datas e equipamento.

Para cada aula deve ser escolhido um tema que, de per si, sintetize o tópico que vai ser abordado. Isso se faz necessário ante a amplitude da tarefa a enfrentar e que, ninguém, de sã consciência pretende, em tão pouco tempo, geralmente pouco mais de uma hora, fazê-lo em sua totalidade.

Isto feito deve o professor fazer, obviamente, o plano de aula correspondente, no qual terá o cuidado de ressaltar os tópicos principais em que pretende se deter. É quando o enquadramento da matéria precisa ser cuidadoso, há sempre o perigo de, inadvertidamente, deixar-se de fora o essencial, incluindo o dispensável e massando o aluno.



O plano de aula uma vez concluído pode ser transposto para uma transparência, usando-se qualquer dos sistemas usuais, inclusive, o processo manuscrito. Há no mercado material adequado, ótimo para aplicação em qualquer circunstância, ou na Termo-Fax, ou manualmente, dependendo do que o professor pretenda obter do aluno.

O uso do retroprojeter com essas transparências elimina, praticamente, a utilização do quadro-negro e do giz pelos professores, permitindo que ele permaneça sempre de frente para seus alunos e as interrupções para escrever. O aparelho é de fácil manuseio e transporte, não exigindo nem tela nem sala especial, presta, assim, excelente ajuda. Se se fizer acompanhar a projeção do plano de aula com a de gráficos, desenhos e outros acessórios, teremos, certamente, tirado o melhor proveito possível do aparelho.

Uma equipe eficiente pode preparar, dantemão, conjuntos de transparências, encadeadas e concatenadas dentro de um planejamento traçado com antecedência. As modificações que forem ocorrendo na vida brasileira determinarão, forçosamente, revisões e adições, a cargo de cada um dos especialistas do grupo.

Slides, diafilmes, filmes, enfim tudo aquilo que, no presente, constitui a essência dos recursos audio-visuais, pode, da mesma forma ter sua utilização programada pela equipe.

Problema maior tem sido, sem dúvida, a escolha da bibliografia de suporte. Não é fácil a tarefa. Os livros até agora publicados não preenchem, em absoluto, os requisitos necessários para que sejam adotados sem restrições. Ou abordam os assuntos muito superficialmente, alguns até descuidadamente, ou descambam para o complexo, usando técnicas e linguagem pouco acessível aos alunos. Outros, muito bem feitos, refletem a formação de seus autores, detendo-se com cuidado nos pontos por eles bem conhecidos, mas falhando nos outros. Com o passar dos tempos e maior número de professores ingressando no rol dos que lecionam ou se dedicam a matéria, acreditamos que obras melhores e mais adaptadas as reais necessidades da cadeira surgirão.

## VIII

### Trabalhos e provas

Para orientação do professor e, até certo ponto, para que os alunos sintam quais os critérios básicos que ele utilizará na correção de provas e trabalhos, é, extremamente, útil que seja ministrado à turma, no fim da primeira aula, um test de abordagem, contendo perguntas versando sobre os assuntos nela tratados. Na aula seguinte será feito o comentário das respostas dadas e, a critério do mestre, atribuída nota à prova. A experiência nos tem mostrado a validade da medida, que nos dá, logo de saída uma noção, mais ou menos exata, do nível de conhecimentos da turma.

Para nota do primeiro bimestre pode ser escolhido um tema ou, o que nos parece mais adequado, vários temas, para serem desenvolvidos em trabalhos individuais ou de grupo. A escolha de um único tema, a ser abordado por ângulos diversos, é bastante válida e pode ser usada como alternativa, principalmente se a turma estiver muito sobrecarregada de exigências de outras matérias. A propósito, esse inconveniente pode ser superado, transferindo o problema para o titular da outra disciplina, se a marcação e escolha dos temas for feita logo no início das aulas.

Se a turma é pequena ou de tamanho médio é possível determinar-se a execução de trabalhos individuais, com temas escolhidos, e isso é a prática que aconselha, pelo próprio professor, dentre os assuntos enumerados no programa, ou, mesmo, tópicos de real interesse coletivo, abordados ou não em aula. Houve ocasião que determinamos fosse escolhida uma personalidade histórica de realce e sobre ela feita uma pesquisa biográfica.

Com turmas grandes é preferível fazerem-se trabalhos em grupo, com temas escolhidos dentre aqueles que, em virtude da amplitude do programa, não terão condições de ser abordados senão de relance. A cada grupo poderá ser dada oportunidade para durante quinze minutos, no fim de uma aula ou durante uma outra especialmente deixada de lado para isso, apresentar o trabalho e defender o seu ponto de vista exposto em resumo lido no final. A honra pode ser concedida apenas ao melhor dos trabalhos,



cabendo, naturalmente, ao professor a escolha do critério.

A nota do segundo bimestre pode obedecer à mesma sistematização anterior, nada o desaconselha. Pode, porém, o mestre optar pela imposição à turma de um prova, a qual deverá ser a mais objetiva possível. Se usada a técnica de múltipla escolha, deve ser cuidadosa a escolha das alternativas, evitando-se, ao máximo, dubiedades ou ambiguidades. Outrossim, não devam, nunca, ser propostas questões sobre assuntos não abordados em aula ou meramente mencionados.

Somos, no que tange a provas, pouco adeptos da sua aplicação e, quando por circunstâncias alheias a nossa vontade, as usamos, damos preferência a que os alunos consultem notas de aula, livros, tudo o que lhes possa ajudar a responder bem os quesitos. Só lhes impedimos de consultar o colega, as provas não são trabalho em grupo. Podemos assim controlar a cópia pura e simples, valorizando mais o trabalho do que interpreta e sintetiza bem.

É no julgamento dos trabalhos, e, por conseguinte, na hora de atribuir notas que o professor tem de revelar dotes especiais, para não cometer injustiças que venham a prejudicar qualquer de seus alunos ou desestimulá-lo. Também deve ser levado em consideração o fato de que a matéria não foi introduzida nos currículos para dificultar os alunos, criando-lhes obstáculos imprevistos.

Se obrigados, pela própria natureza dos erros cometidos, a dar notas insuficientes para garantir a aprovação do aluno, o professor deve se mostrar compreensivo e atribuir-lhe tarefas ou mesmo aplicar novos testes, de molde a levá-lo a superar o impasse.

## IX

### Atividades extra-classe

Os universitários estão, ainda, muito afastados das atividades comunitárias, salvo com relação ao Projeto Rondon. Afora isso, talvez por falta de divulgação entre eles, os universitários se mantêm na expectativa. Aguardam algo. Achamos que a tarefa pode e deve ser atribuída aos Centros Superiores de Civismo, cuja criação é preconizada no § 4º, do artigo 32, do Decreto nº 68.065, de 14.1.71, que regulamentou o Decreto-lei nº 869, já mencionado.

Há pouco tempo ouvimos da direção do MOBRAF a queixa de que se os universitários colaborassem mais, talvez a grande falha daquele movimento, falta de professores mais habilitados, fosse superada. Se houvessem em funcionamento os Centros Superiores de Civismo previstos a eles seriam encaminhadas as sugestões nesse sentido.

O Projeto Rondon, inicialmente voltado apenas para o interior, hoje, conforme fomos cientificados, já tem programado operações de âmbito regional, inclusive na Guanabara, para as quais deveria haver maior divulgação entre os universitários. Nada melhor que através da cadeira de Estudo de Problemas Brasileiros. Mais uma vez se evidencia a necessidade da formação de equipes nessa área, o que só viria a beneficiar a coletividade.

No artigo 31, do já citado Decreto 68.065, inclui-se como prática educativa da Educação Moral e Cívica o estímulo à criação de instituições extraclasse, para atender às finalidades de natureza cultural, jurídica, disciplinar, comunitária, manualista, artística, assistencial, de recreação e outras, assemelhando, tanto quanto possível, a escola a uma sociedade democrática em miniatura. Cita, ainda, que os objetivos visados podem ser atingidos através de várias instituições, algumas das quais cabem perfeitamente no âmbito universitário, tais como academias, centros diversos, "forum" de debates, centro de formação de líderes comunitários, grêmio cênico-musical, grêmio esportivo e recreativo, associação de anti-

gos alunos e biblioteca.

Se o estabelecimento de ensino, universidade ou associação universitária, tem um Departamento de Estudos de Problemas Brasileiros é a ele que, naturalmente, incumbirá tomar medidas para a implantação das retromencionadas instituições.

Uma das primeiras poderia ser a formação de uma biblioteca com os trabalhos feitos pelos alunos e que fossem julgados suficientemente boas para serem postos ao alcance dos demais. Serviriam eles como fonte alimentadora de um "forum" de debates e material utilizável num centro de formação de líderes comunitários.

A imensa gama de oportunidades que daí surgiriam não pode ser desprezada e, temos certeza, muito contribuiria para entrosar mais universitários e sua comunidade.



X

Conclusão

Nada dá mais satisfação ao professor de Estudos de Problemas Brasileiros do que ouvir de seus alunos, ao término do curso, a declaração de que valeu a pena frequentar suas aulas, por lhes ter dado ensejo de melhor entender a realidade brasileira, passando a se interessar por aspectos dela antes nem sequer vislumbrados.

É evidente que acertou o governo da Revolução em restabelecer, em boa hora, o ensino de Educação Moral e Cívica. Lucra o país, lucra o povo em geral, lucram os universitários, lucram todos os estudantes.

As falhas são muitas, podem ser corrigidas, precisam ser corrigidas logo, antes que se tornem de tal forma rotineiras que venham a dificultar insuperavelmente sua remoção. Apontamos algumas, devem existir outras que não nos ocorreram, mas em nada diminuem o sucesso da iniciativa.

Há, ainda, certa resistência entre a classe estudantil, sustentada aqui e ali por inconformados com a mudança da situação geral brasileira. Há até mesmo entre professores de outras matérias, alguns situados em posições elevadas na hierarquia funcional. Tudo isso, porém, acreditamos seja superado aos poucos.

Essa grande riqueza brasileira que é a sua juventude jámais decepcionou o Brasil e não o fará agora, temos certeza disso.



